

A INTERFERÊNCIA DO PADRÃO IFRS NOS ÍNDICES ECONÔMICO-FINANCEIROS DAS EMPRESAS LISTADAS NA BM&FBOVESPA.

RESUMO

Em 2005 foi criado o Comitê de Pronunciamentos Contábeis, organização formada exclusivamente por entidades de direito privado e representação dos profissionais da área, com o intuito de emitir pronunciamentos para operacionalizar a convergência contábil do Brasil aos padrões do *International Financial Reporting Standards* (IFRS). Assim, dois anos depois foi aprovada a lei 11.638/2007 colocando o país definitivamente em direção à convergência contábil internacional. É neste contexto que a pesquisa foi realizada, com o objetivo de verificar se houve interferência da adoção das normas internacionais no comportamento dos índices econômico-financeiros das empresas listadas na BM&FBOVESPA. Este estudo caracteriza-se como descritivo com abordagem quantitativa, no qual foram coletadas 11.040 observações em uma amostra de 151 empresas, durante os períodos de 2003 e 2010. Foi aplicado o modelo econométrico da Análise de Chow, que acusa quebras no comportamento de variáveis por trás de um fluxo de tempo, como consequência de um evento específico. Os resultados demonstraram que no geral houve mudanças estatisticamente significantes no comportamento dos indicadores econômico-financeiros nas empresas estudadas na amostra a partir da adoção do padrão IFRS, exceto para o indicador de liquidez corrente. Entretanto, por meio da análise setorial foi verificado que nos setores de Agro e Pesca; Alimentos e Bebidas; Comércio; Construção; Eletroeletrônicos e Máquinas Industriais; pelo menos um dos índices não sofreu mudança de comportamento com a adoção dos padrões IFRS.

1. INTRODUÇÃO

No ano de 2005 o Conselho Federal de Contabilidade, por meio da Resolução nº 1.055/2005, criou o Comitê de Pronunciamentos Contábeis, com o objetivo de promover a convergência dos padrões brasileiros de contabilidade (*Brazilian Generally Accepted Accounting Principles – BR GAAP*) aos padrões internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Assim é iniciado o movimento para harmonização internacional contábil no Brasil, com o intuito de amenizar as diferenças das demonstrações contábeis dos diferentes países e assim facilitar o acesso ao capital estrangeiro (CARVALHO *et al.*, 2011).

A partir de então foram promulgadas diversas normas e leis do governo e órgãos reguladores, como Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Banco Central do Brasil (BACEN), Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Receita Federal do Brasil (RFB) entre outros. Entre as normatizações mais importantes estão as Leis 11.638/2007 e 11.941/2009, a Instrução 457/2007 da CVM e o Comunicado 14.259/2006 do BACEN. Juntas definem que uma gama de empresas brasileiras deve aderir aos IFRS a partir de 2010 com apresentação das demonstrações contábeis de 2009 em novo padrão para fins de comparação, dentre elas todas as empresas de capital aberto com ações negociadas em Bolsa.

Contudo, estudos apontam que a partir da vigência da Lei 11.638/2007, isto é, para o exercício findo em 2008, as empresas de capital aberto já estavam em efetivo processo de convergência, inclusive, com reflexo nos índices econômico-financeiros (GERON, 2008, BARBOSA NETO; DIAS; PINHEIRO, 2009, BRAGA *et al.*, 2011, CUNHA *et al.*, 2010).

Desta forma, assumindo neste estudo que partir de 2008 as empresas listadas na BM&FBOVESPA passaram a divulgar as suas informações contábeis com base nas normas internacionais (IFRS), a adoção de um novo modelo contábil teoricamente provocou alterações na estrutura patrimonial das empresas. Uma vez que foram emitidos novos critérios de reconhecimento e avaliação de ativos e passivos que anteriormente não eram reconhecidos (*off-balance-sheet*), houve um aumento dos ativos, passivos e patrimônio líquido.

Isso se deve ao fato dos itens passarem a ser reconhecidos por seu potencial de geração de benefício econômico futuro e não apenas custo histórico ou posse jurídica, ou seja, as práticas contábeis brasileiras, que sempre obedeceram às normas, passaram a ser aplicadas com o princípio da prevalência da essência econômica sobre a forma (CARVALHO *et al.*, 2011). Isso leva a crer que com esta alteração no bojo das demonstrações contábeis, também deve ter havido uma alteração dos índices econômico-financeiros.

A pesquisa foi realizada com o objetivo de verificar se houve interferência da adoção das normas internacionais no comportamento dos índices econômico-financeiros das empresas, para tanto foram traçados os seguintes objetivos específicos: obter os dados divulgados nas demonstrações contábeis das companhias da amostra nos períodos de 2003 a 2010; calcular os índices econômico-financeiros por companhia e por período; analisar os casos em que houve ou não modificação significativa nos índices após a adoção das IFRS por meio da Análise de Chow com adição de uma dummy específica.

Assim, neste estudo foram testadas as seguintes hipóteses analisadas com base no método econométrico adotado:

- H_0 : A adoção das normas internacionais altera a média dos valores dos índices econômico-financeiros das empresas listadas na BM&FBOVESPA.
- H_1 : A adoção das normas internacionais não altera a média dos valores dos índices econômico-financeiros das empresas listadas na BM&FBOVESPA.

A hipótese nula é fundamentada em autores como Lemes e Silva (2007), Barbosa Neto, Dias e Pinheiro (2009), Lemes e Carvalho (2009) e Martins e Paulo (2010) que afirmam que a adoção de novos padrões contábeis tende a refletir em alterações nos indicadores de desempenho das companhias. Ao negar a hipótese nula a conclusão possível é de que a adoção de padrões internacionais de contabilidade, que a princípio alteram a composição de certos elementos patrimoniais, não é um evento significativo para explicar a alteração dos índices econômico-financeiros no período estudado; devendo ser explicada por outras variáveis mercadológicas.

O problema ao qual se pretende responder ao final do artigo então é: **a adoção das normas contábeis internacionais interfere no comportamento dos índices econômico-financeiros das empresas listadas na BM&FBOVESPA?**

A pesquisa é do tipo empírico-analítico, analisando os indicadores econômico-financeiros a partir de uma amostra das empresas com ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA), entre os exercícios de 2003 e de 2010. A metodologia consistiu em aplicar o modelo econométrico de Análise de Chow, para analisar as interferências das novas práticas contábeis nos indicadores econômico-financeiros durante o período.

A principal contribuição deste estudo é apontar evidências que podem sinalizar ao regulador as implicações de novas normas sobre a estrutura patrimonial das empresas, sobretudo para as empresas de capital aberto com ações negociadas na Bovespa.

Além desta introdução, o trabalho possui mais quatro seções. A próxima seção contém a fundamentação teórica que será utilizada para analisar os dados. A terceira evidencia

os procedimentos metodológicos. A quarta apresenta a análise e discussão dos resultados e, na última seção são apresentadas as considerações finais.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. ANÁLISE DE DESEMPENHO ATRAVÉS DE INDICADORES CONTÁBEIS

A análise das demonstrações financeiras consiste na interpretação dos dados contábeis escriturados por uma entidade. Para Ribeiro (1997) a finalidade da análise das demonstrações contábeis é transformar os dados extraídos destas demonstrações em informações úteis para tomada de decisão dos interessados; essa análise também permite comparar empresas de mesmo setor de atuação.

Assaf Neto e Lima (2009) inferem que a análise das demonstrações Contábeis “... visa fundamentalmente ao estudo do desempenho econômico-financeiro de uma empresa em determinado período passado, para diagnosticar sua posição atual e produzir resultados que sirvam de base para previsão de tendências futuras”. Matarazzo (2003) afirma que “a análise de balanços objetiva extrair informações das Demonstrações Financeiras para a tomada de decisões”. No entanto, para Iudícibus (1998), a análise de balanços possui limitações devido à falta de critério ou metodologia formal que atenda a todas as empresas. Em relação aos usuários da análise de balanços, Ribeiro (1997) cita os seguintes interessados:

- Bancos- interessados na capacidade de pagamento de empréstimos e financiamentos;
- Fornecedores – interessados em conhecer a liquidez de seus clientes bem como a capacidade de honrar contratos;
- Administradores – Verificar o desempenho da empresa sob sua gestão;
- Investidores – conhecer a rentabilidade para efetuar compra e venda de ações;
- Governo – interesse em concorrência pública, contratos e licitações, análise de desempenho do setor, etc.;

Assim sendo, cada usuário irá utilizar a análise das demonstrações da forma que atenda melhor a sua necessidade de informação para tomada de decisão, qual seja de conceder um empréstimo, realizar um contrato de fornecimento de mercadorias ou comprar as ações de determinada empresa. Dentro destas perspectivas, Assaf Neto (2002) apresenta três grandes áreas para análise dos indicadores de desempenho: análise da liquidez, análise de endividamento e análise de rentabilidade e lucratividade.

2.1.1. INDICADORES DE LIQUIDEZ

De acordo com Assaf Neto e Lima (2009), “os indicadores de liquidez visam medir a capacidade de pagamento de uma empresa...”, ou seja, sua capacidade de cumprir com as obrigações assumidas. Dentre os indicadores de liquidez, destaca-se a liquidez corrente. Esse indicador possibilita analisar a capacidade de pagamento da empresa no curto prazo.

2.1.1.1. LIQUIDEZ CORRENTE (LC)

Identifica a relação existente entre o ativo circulante e o passivo circulante. Logo, se este indicador for maior que um, significa que a empresa possui capital circulante para pagar suas dívidas de curto prazo, e se for menor que um, evidencia a existência de um capital circulante negativo, ou inferior as suas obrigações de curto prazo. (ASSAF NETO e LIMA, 2009).

Este indicador apresenta-se na seguinte equação: $LC = AC / PC$, onde:

AC – Ativo Circulante; e

PC - Passivo Circulante.

2.1.2. INDICADORES DE RENTABILIDADE

Segundo Assaf Neto e Lima (2009), esses indicadores, “têm por objetivo avaliar os resultados auferidos por uma empresa em relação a determinados parâmetros, que melhor revelem suas dimensões”. A análise é realizada basicamente na relação entre o Lucro Líquido e outras variáveis, como por exemplo, o ativo total e o patrimônio líquido.

2.1.2.1. RENTABILIDADE DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

De acordo com Assaf Neto e Lima (2009), “este índice mensura o retorno dos recursos aplicados por seus proprietários...”. Desta forma, segundo Assaf Neto e Lima (2009), a rentabilidade do patrimônio líquido pode ser obtida por meio da seguinte fórmula:

$RentPL = LL / PL$, onde:

RentPL – Rentabilidade do patrimônio líquido;

LL - Lucro Líquido do exercício; e

PL - Patrimônio Líquido.

2.1.3. INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO

Na análise do endividamento, segundo Assaf Neto e Lima (2009), busca-se avaliar a “[...] composição das fonte passivas de uma empresa” bem como o nível de comprometimento financeiro diante de seus credores e fornecedores em geral.

Dentre os indicadores apresentados por Assaf Neto e Lima (2009) destaca-se o a relação de capital de terceiros.

2.1.3.1. ENDIVIDAMENTO

Este indicador revela o grau de endividamento da empresa em relação a seu financiamento por meio de recursos próprios (ASSAF NETO e LIMA, 2009).

Pode ser expresso pela seguinte equação: $END = PT / PL$, onde:

END – endividamento;

PT - Passivo Total; e

PL -Patrimônio Líquido.

2.2. MUDANÇAS NAS PRÁTICAS CONTÁBEIS BRASILEIRAS

As leis no 11.638/2007 e no 11.941/2009, alterando a lei 6404/1976, apresentaram modificações nas práticas contábeis, alterando a composição dos elementos das demonstrações contábeis e conceitos e critérios de reconhecimento e mensuração, afetando também as divulgações em notas explicativas, com o a finalidade de alinhar a legislação

societária brasileira com os padrões internacionais, (CARVALHO *et al.*, 2011). Ainda segundo esses mesmo autores:

“A Lei nº 11.638/2007 possibilitou a eliminação de barreiras regulatórias, que impediam a inserção das empresas brasileiras no processo de convergência contábil internacional e contribuiu para a melhoria da transparência das demonstrações contábeis em geral, inclusive das sociedades de grande porte, além de facilitar o acesso das empresas nacionais aos mercados externos e atrair capitais estrangeiros para o país”. Outra modificação causada pela lei 11.638/2007, foi a separação entre a escrituração contábil para fins contábeis e para controle do fisco, (FERNANDES, 2009). O conceito de essência sobre a forma, já presente em normas brasileiras, com o advento da convergência as normas internacionais, ganhou evidência e força na academia e entre os profissionais e órgão reguladores da contabilidade no Brasil. A partir de então, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) criado com a finalidade de emitir pronunciamentos técnicos de contabilidade, passou emitir pronunciamentos com mudanças nas práticas contábeis nacionais de forma a alinhar as práticas internacionais. Dentre as mudanças destacam-se algumas, conforme Carvalho *et al.*, (2011) :

- A forma de contabilização das operações de arrendamento mercantil;
- O conceito e a forma de aplicação do valor presente;
- O reconhecimento e contabilização dos custos de transação;
- A extinção da reavaliação de ativos de forma espontânea;
- A criação da conta Ajustes de Avaliação Patrimonial, na qual devem ser registrados;
- Alterações no critério para aplicação da equivalência patrimonial;

2.3. ESTUDOS ANTERIORES

Nos últimos anos vários pesquisadores têm buscado descrever os conhecimentos adquiridos e dificuldades encontradas por países que convergiram suas normas contábeis para as IFRS, destacando principalmente os seus impactos nas demonstrações contábeis e as diferentes reações dos investidores a tais mudanças. Dentre esses estudos destacamos os seguintes:

- a. Borsato, Pimenta e Ribeiro (2009) compararam dados evidenciados conforme padrões US GAAP, BR GAAP e IFRS apoiando-se em uma análise de indicadores econômico-financeiros calculados a partir das demonstrações financeiras preparadas com base nessas diferentes normas. O resultado da pesquisa apresenta que o padrão contábil adotado diferencia a informação divulgada pelas empresas;
- b. Carvalho *et al.* (2011) investigam se a adoção de práticas contábeis alteradas a partir da edição da Lei no 1.638/2007 impactou os indicadores econômico-financeiros das empresas brasileiras utilizando testes estatísticos paramétricos e não paramétricos de diferenças entre médias. O estudo sinaliza uma relação entre mudanças ocorridas no indicadores e a adoção das IFRS; e
- c. Daske *et al.* (2007) analisaram, dentre outras coisas, o impacto no custo de capital da adoção voluntária das IFRS em 26 países concluindo que a adoção séria e comprometida das IFRS aumentaram a liquidez e reduziram o custo de capital das empresas analisadas.

3. METODOLOGIA

Apresente pesquisa tem como objetivo descrever as características de uma dada população em relação a um determinado fenômeno, por intermédio de técnicas já padronizadas de coleta e classificação de dados. Assim esta pesquisa é considerada descritiva (ANDRADE, 2002).

Especificando ainda que esta investigação busca conhecer, compreender e classificar processos e fenômenos sociais dinâmicos por meio de ferramentas estatísticas, a partir de materiais que não receberam tratamento analítico, esta pesquisa é classificada como de natureza quantitativa (BEUREN *et al.*, 2006). Sendo empregadas as técnicas de coleta de dados do tipo documental e bibliográfica. Documental, pois utiliza os dados constantes nas Demonstrações Contábeis das empresas durante o período de análise e; e bibliográfica, pois utiliza o referencial teórico sobre IFRS e índices econômico-financeiros e o acompanhamento do estado da arte sobre a temática, para servir de base à análise dos resultados.

A população alvo desta pesquisa foi constituída pelas empresas brasileiras listadas na BM&FBOVESPA, totalizando 535 empresas em 2012. Para a composição da amostra, foram excluídas além das empresas que não possuíam dados suficientes ou não haviam negociado suas ações no período, as que possuíam passivos a descoberto e as inativas, também as instituições financeiras, os fundos e as seguradoras. Por dois motivos básicos: (a) já haviam adotado o padrão IFRS desde o ano de 2005, ao contrário das outras companhias que adotaram somente em 2008, por tanto provocaria distorções na análise e; (b) as práticas contábeis são muito diferentes dos demais setores econômicos, pois a normatização é bastante específica (Banco Central do Brasil). Ao final foram selecionadas 151 empresas, totalizando uma amostra final de 11.040 observações analisadas nos trimestres dos períodos compreendidos entre os anos de 2003 a 2010. Os dados foram obtidos no banco de dados da Economática® e o tratamento estatístico foi feito com a utilização do *software* STATA®.

O modelo econométrico utilizado foi a Análise de Chow para verificar se houve a quebra estrutural nos índices econômico-financeiros entre 2007 e 2008, teoricamente justificada pela mudança de padrão contábil. A partir da qual foi rodada uma regressão linear com a adição da variável dummy representando a interação dessa quebra com as variáveis dependentes, sendo 1 para períodos a partir de 2008 e zero para os demais casos. Conforme equação 1.

$$y_t = \mu + \beta_1 D_t + \beta_2 y_{t-1} + \beta_3 D_t * y_{t-1} + \beta_4 D_{t-2} + \beta_5 y_{t-2} + \beta_6 D_t * y_{t-2} + \dots + \beta_i y_{t-i} + \beta_{i+1} D_{t-i} + \beta_{i+2} D_{t-i} * y_{t-i} + \varepsilon_t \quad (1)$$

Onde:

y_t : Índice econômico-financeiro no período t.

μ : Termo de intercepto da regressão.

$\beta_1 D_t$: Dummy no período t, sendo 1 a partir de 2008 e zero para os demais casos.

$\beta_2 y_{t-1}$: Coeficiente do índice econômico financeiro no período t-1.

$\beta_3 D_t * y_{t-1}$: Coeficiente de interação no período t.

ε_t : Termo de erro da regressão.

Neste caso, o coeficiente de análise principal é o coeficiente da variável dummy, pois representa a ocorrência da adoção das normas internacionais contábeis pelas companhias. Desta forma apresentando-se significativo leva a conclusão de que tal evento interfere nos

indicadores econômicos financeiros, caso seja não significativo conclui-se o contrário. Contudo, é verificado também o coeficiente de interação da variável dummy com o indicador de desempenho no período t.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

A Tabela 1 apresenta a estatística descritiva da amostra. Pode ser observado que a amostra possui números com baixa dispersão, como pode ser observado nas médias e desvios padrão dos índices de Endividamento e Rentabilidade do Patrimônio Líquido, apresentando valores de média e mediana ainda bastante próximos. A exceção cabe à Liquidez Corrente, que embora apresente média e mediana próxima, possui uma alta dispersão. Isto ocorre pela volatilidade natural do caixa.

Tabela 1 – Estatística descritiva da amostra.

	Endividamento	Rentabilidade do PL	Liquidez Corrente
Média	0,5181	0,0779	1,8293
Mediana	0,5384	0,0592	1,6000
Desvio padrão	0,1920	0,1021	1,2690
Variância da amostra	0,0369	0,0104	1,6103
Mínimo	0,0019	-1,0857	0,0000
Máximo	0,9727	0,8667	26,9000
Observações	3680	3680	3680

Obs.: Estatística descritiva da amostra final, excluídas as instituições financeiras e seguradoras, empresas que não continham dados suficientes e 36 *outliers*.

É possível verificar ainda que o indicador de Liquidez Corrente possui a maior amplitude nos valores observados em comparação com os outros indicadores, como pode ser verificado pelos valores de mínimo em zero e máximo em 26,90, ocasionado em parte pela presença de diferentes setores na amostra. Deste modo na aplicação do modelo estatístico foram utilizadas no total 11.040 observações, conforme resultados demonstrados a seguir.

Na aplicação do modelo econométrico foram realizados os testes de Dickey-Fuller e Phillips-Perron para verificação de raiz unitária e se os dados são estacionários para todos os indicadores, tanto na análise geral quanto na análise por setor econômico classificado segundo os critérios do banco de dados Económica. Assim todas as regressões foram feitas com a primeira diferença (lag 1), pois os indicadores foram todos estacionários.

A Tabela 2 apresenta o resultado geral da regressão, pelo modelo estatístico adotado. Pela análise, é possível verificar que em relação ao índice de Liquidez Corrente a regressão como um todo é significativa a 5%, tem poder explicativo de 22,29% e o coeficiente negativo. Neste caso, o indicador se comportou negativamente com a adoção do padrão contábil internacional, que pode ser explicado em parte pelas novas práticas de arrendamento mercantil financeiro (CARVALHO *et al.*, 2011). Contudo, o p-valor revela que a *dummy* não foi significativa nem mesmo a 10%, concluindo que a transição para padrão IFRS não impactou no indicador. Contudo, destaca-se que o coeficiente da interação da dummy com o indicador apresentou comportamento positivo.

Tabela 2 – Resultado geral da regressão com adição da variável *dummy*.

Indicador	Coefficiente	Interação	P-Valor	P-Valor Interação	R2 Ajustado
Liquidez Corrente	-0.0365496	.8059419	0.525	0.105	0.2229
Rentabilidade PL	-.0814529	.9906743	0.002*	0.001*	0.3463
Endividamento	-.5190327	1.028714	0.000*	0.000*	0.6109

Obs.: O coeficiente e o p-valor é referente à *dummy* adicionada ao modelo e a interação desta como variável independente. *, **, ***, é significativa a 1%, 5% e 10% respectivamente.

A análise do índice de Rentabilidade do Patrimônio Líquido permite conclusões semelhantes, com a regressão como um todo sendo significativa a 1%, poder explicativo de 34,63% e coeficiente negativo. Porém, o comportamento do coeficiente foi negativo e o esperado seria o contrário, visto que práticas como extinção do Ativo Diferido e o reconhecimento de subvenções e assistências governamentais provocariam um comportamento positivo na análise do indicador. Contudo a análise da interação revela esse comportamento esperado, pois apresenta coeficiente positivo. O p-valor da *dummy* observada foi significativa a 1%, assim como o p-valor da interação, concluindo que houve impacto na transição para o padrão contábil internacional.

Já o índice de Endividamento apresentou um comportamento positivo na interação, o que pode ser explicado parcialmente pelas novas práticas de arrendamento mercantil. Destaca-se, contudo, que o valor encontrado no coeficiente da *dummy* foi negativo. A regressão foi significativa a 1%, com poder explicativo de 56,77%, assim, conclui-se que também o endividamento foi impactado pelos padrões contábeis internacionais adotados no Brasil, levando-se em consideração tanto a variável *dummy* isoladamente como a interação com o indicador. Pela análise geral, portanto, pode-se concluir que os indicadores econômico-financeiros sofreram modificação de comportamento com a adoção do padrão IFRS pelas empresas brasileiras de capital aberto. Resultado que discorda em parte da pesquisa de Braga *et al.* (2011), concordando somente para o indicador de Liquidez.

A Tabela 3 demonstra os resultados setoriais alcançados pela aplicação do modelo. A princípio os resultados setoriais convergem para os resultados da análise geral, com algumas exceções mais específicas de alguns setores destacadas nos próximos parágrafos.

Tabela 3 – Resultado setorial da regressão com adição da variável *dummy*.

Setor	Indicador	P-Valor/ Interação	Setor	Indicador	P-Valor/ Interação
Agro e Pesca	Liquidez Corrente	0.634/ 0.334	Papel e Celulose	Liquidez Corrente	0.071*/ 0.095***
	Rentabilidade PL	0.055***/ 0.000*		Rentabilidade PL	0.000*/ 0.000*
	Endividamento	0.252/ 0.134		Endividamento	0.000*/ 0.000*
Alimentos e Bebidas	Liquidez Corrente	0.008*/ 0.098***	Petróleo e Gás	Liquidez Corrente	0.002*/ 0.001*
	Rentabilidade PL	0.001*/ 0.012**		Rentabilidade PL	0.003*/ 0.000*
	Endividamento	0.151/ 0.000*		Endividamento	0.000*/ 0.000*
Comércio	Liquidez Corrente	0.809/ 0.014**	Química	Liquidez Corrente	0.071***/ 0.088***
	Rentabilidade PL	0.031**/ 0.002*		Rentabilidade PL	0.001*/ 0.000*
	Endividamento	0.739/ 0.003*		Endividamento	0.004*/ 0.003*
Construção	Liquidez Corrente	0.451/ 0.006*	Siderurg. e Metalurg.	Liquidez Corrente	0.045**/ 0.035**
	Rentabilidade PL	0.212/ 0.016**		Rentabilidade PL	0.000*/ 0.001*
	Endividamento	0.868/ 0.902		Endividamento	0.013**/ 0.013**
Eletroeletr.	Liquidez Corrente	0.328/ 0.402	Telecom.	Liquidez Corrente	0.000*/ 0.000*
	Rentabilidade PL	0.005*/ 0.000*		Rentabilidade PL	0.000*/ 0.000*
	Endividamento	0.169/ 0.153		Endividamento	0.000*/ 0.000*
Energia Elétrica	Liquidez Corrente	0.027**/ 0.022**	Têxtil	Liquidez Corrente	0.005*/ 0.007*
	Rentabilidade PL	0.003*/ 0.000*		Rentabilidade PL	0.002*/ 0.001*
	Endividamento	0.003*/ 0.004*		Endividamento	0.003*/ 0.002*
Máquinas Industriais	Liquidez Corrente	0.190/ 0.273	Transport. e Serviços	Liquidez Corrente	0.006*/ 0.006*
	Rentabilidade PL	0.001*/ 0.004*		Rentabilidade PL	0.002*/ 0.001*
	Endividamento	0.168/ 0.146		Endividamento	0.018**/ 0.012**
Mineração	Liquidez Corrente	0.024**/ 0.026**	Veículos e Peças	Liquidez Corrente	0.000*/ 0.000*
	Rentabilidade PL	0.001*/ 0.002*		Rentabilidade PL	0.001*/ 0.001*
	Endividamento	0.013**/ 0.004*		Endividamento	0.000*/ 0.000*
Outros	Liquidez Corrente	0.016**/ 0.020**			
	Rentabilidade PL	0.002*/ 0.002*			
	Endividamento	0.003*/ 0.001*			

Obs.: O coeficiente e o p-valor é referente à *dummy* adicionada ao modelo e a interação desta com a variável dependente. *, **, ***, é significativa a 1%, 5% e 10% respectivamente.

Bem, os resultados mantiveram o comportamento da análise geral, isto é, a adoção dos padrões IFRS no Brasil interferiu no comportamento dos indicadores econômico financeiros. O coeficiente da variável *dummy* adicionada ao modelo estatístico, assim como o coeficiente de interação, apresentou significância a pelo menos a 10% para quase todos os

indicadores nos setores, pois a os indicadores que apresentaram ora coeficientes significativos, ora não significativos formam uma minoria dentro do conjunto de todos os setores.

A pesquisa sugere que a Liquidez Corrente foi significativamente alterada pela mudança dos padrões contábeis na maioria dos setores, contudo destacam-se algumas exceções: Agro e Pesca; Eletroeletrônicos e; Máquinas Industriais. Alguns setores apresentaram ainda um coeficiente significativo a pelo menos 10% apenas para a interação: Comércio e; Construção. Os resultados vão de encontro ao resultado geral que demonstrou que os coeficientes são não significantes.

Quanto ao indicador de Rentabilidade às exceções quanto ao impacto das IFRS ocorram apenas quanto ao coeficiente da dummy, nunca na análise da interação. Essa observação foi notada apenas no setor de Construção. No Caso do indicador de Endividamento, destaca-se que ocorreram mais casos de não significância do que o indicador de Rentabilidade, embora sejam em minoria levando-se em conta os demais setores, sendo: Alimentos e Bebidas; Comércio; Construção; Eletroeletrônicos e; Máquinas Industriais.

Os resultados vão de encontro do estudo de Carvalho *et al.* (2011) para os setores de Construção, Siderurgia e Metalurgia, Têxtil, Elétrico e Outros, contudo vale destacar que o período analisado pelo autor foi muito reduzido em comparação com este e o modelo estatístico diferente.

Uma questão verificada nos resultados da pesquisa são os setores que apresentaram resultados significativos a 1% para todos os indicadores, isto é, todos os indicadores foram impactados pela adoção do padrão IFRS em grande nível de significância. São os casos de: Petróleo e Gás; Têxtil; Telecomunicações e; Veículos e Peças. Outros setores apresentaram apenas um indicador com nível de menor que 99%, são: Energia Elétrica; Outros; Papel e Celulose; Química e; Transportes e Serviços. Sendo o tal indicador a Liquidez Corrente, com exceção de Transportes e Serviços que foi o indicador de Endividamento.

Finalizando, pode ser verificado que nos setores de Eletroeletrônicos e Máquinas Industriais apenas a Rentabilidade do Patrimônio Líquido foi impactada, e em ambos os casos os resultados foram significativos a 1%.

5. CONCLUSÃO

O trabalho foi conduzido com o objetivo de verificar se houve interferência da adoção das normas internacionais no comportamento dos índices econômico-financeiros das empresas negociadas na Bovespa. Desse modo, foi coletada uma amostra das demonstrações contábeis das companhias abertas, ativas e listadas na Bovespa disponibilizadas no Banco de dados Econômica, no período de 2003 a 2010. Ao final, coletando-se os dados trimestrais, totalizou 11.040 observações.

Com a aplicação do modelo estatístico proposto, conclui-se que no geral a adoção do padrão contábil IFRS pelas companhias brasileiras, interferiu no comportamento dos indicadores econômico-financeiros, sendo que o coeficiente da *dummy* adicionada ao modelo foi na maior parte dos casos significativa a pelo menos 10%. A exceção foi o indicador de Liquidez Corrente.

Contudo, pela aplicação do modelo em análise setorial, foi observado que em certos setores a adoção do padrão IFRS não impactou no comportamento de algum indicador, sendo: Agro e Pesca; Alimentos e Bebidas; Comércio; Construção; Eletroeletrônicos e Máquinas Industriais.

Com isso é possível negar a hipótese nula da pesquisa de que a adoção das normas internacionais não altera o comportamento dos níveis dos índices econômico-financeiros das empresas negociadas na Bovespa apenas para o indicador de Liquidez Corrente. Concordando com as pesquisas de Lemes e Silva (2007), Barbosa Neto, Dias e Pinheiro (2009), Lemes e Carvalho (2009) e Martins e Paulo (2010) que afirmam que a adoção de novos padrões contábeis tende a refletir em alterações nos indicadores de desempenho das companhias. Sugerindo que a adoção dos padrões IFRS é fator significativo de mudança no comportamento dos indicadores de desempenho das empresas brasileiras.

O estudo teve como limitação o limitado período de tempo analisado, visto que só pode ser analisada como períodos de após adoção IFRS os anos de 2008 a 2010, a análise de períodos mais extensos pode mudar os resultados obtidos.

Pesquisas futuras podem identificar quais outras variáveis podem influenciar o comportamento dos indicadores de desempenho das companhias e analisar a influência de tais fatores em empresas em outros países que adotaram recentemente o padrão contábil internacional.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. M. *Como Preparar Trabalhos para Cursos de Pós-graduação: Noções Práticas*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

ASSAF NETO, A.; LIMA, F. G. *Curso de administração financeira*. São Paulo: Atlas, 2009.

BARBOSA NETO, J. E.; DIAS, W. O.; PINHEIRO, L. E. T. *Impacto da convergência para as IFRS na análise financeira: um estudo em empresas brasileiras de capital aberto*. Revista Contabilidade Vista & Revista, Belo Horizonte, v. 20, n. 4, p. 131-153, out./dez., 2009.

BEUREN, I. M.; *et al.* *Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade: Teoria e Prática*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

BORSATO, J. M. L. S.; PIMENTA, D. P.; RIBEIRO, K. C. S. *Um estudo comparativo do desempenho econômico-financeiro em BR GAAP, USGAAP e IFRS na Gerdau S. A.* Revista Economia & Gestão, v. 19, n. 19, jan./abr. 2009.

BRAGA, J. P.; *et al.* *Análise do Impacto das mudanças nas Normas Contábeis Brasileiras: um estudo comparativo dos indicadores econômico-financeiros de companhias brasileiras para o ano de 2007*. Revista Contemporânea de Contabilidade. UFSC, Florianópolis, v. 8, n. 15, p. 105-108, jan/jun, 2011.

CARVALHO, F. A.; *et al.* *Impactos de alterações nas práticas contábeis nos indicadores financeiros das empresas brasileiras*. 11º Congresso USP de Controladoria e Contabilidade. Anais... São Paulo, 28 e 29 jul. 2011.

CUNHA, P. R. *et al.* *Reflexo da lei 11.638/07 nos indicadores contábeis das empresas têxteis listadas na Bovespa*. XIII SemeAD. Anais... FURB, Blumenau, set., 2010.

DASKE, H. *et al.* *Adopting a label: heterogeneity in the economic consequences of IFRS adoptions*. Working Paper, University of Pennsylvania and University of Chicago, 2009. Disponível em: <<http://ssrn.com/abstract=979650>>. Acesso em: 2 fev. 2012.

FERNANDES, E. C. *Impacto da lei nº11.638/2007 sobre os tributos e a contabilidade*. São Paulo: Atlas, 2009.

GERON, C. M. S. *Evolução das práticas contábeis no Brasil nos últimos 30 anos: da lei 6.404/76 à lei 11.638/07*. 2008. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) – Departamento de Contabilidade e Atuária da Universidade de São Paulo, São Paulo. 2008.

GUJARATI, D. N. *Econometria básica*. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier: Campus, 2006.

LEMES, S.; CARVALHO, L. N. G. *Comparabilidade entre o resultado em BR GAAP e U.S. GAAP: evidências das companhias brasileiras listadas nas bolsas norte-americanas*. Revista Contabilidade & Finanças, São Paulo, v. 20, n. 50, p. 25-45, mai./ago. 2009.

LEMES, S.; SILVA, M. G. E. *A experiência de empresas brasileiras na adoção das IFRS*. Contabilidade Vista & Revista, v. 18, n. 3, p. 37-58, jul./set. 2007.

MARTINS, O. S.; PAULO, E. *Reflexo da adoção das IFRS na análise de desempenho das companhias de capital aberto no Brasil*. Revista de Contabilidade e Organizações – FEA-RP/USP, v.4, n.9, p.30-54, 2010.

RIBEIRO, O. M. *Estrutura e análise de balanços*. 5º ed, SãoPaulo: Editora Saraiva, 1997.